

**Acordo entre as
Autoridades Nacionais
de Segurança de
Portugal e do Reino da
Espanha relativo à
segurança operacional
e interoperabilidade das
atividades ferroviárias
nas secções
transfronteiriças**

**Acuerdo entre las
Autoridades Nacionales
de Seguridad de
Portugal y del Reino de
España referente a la
seguridad operacional e
interoperabilidad de las
actividades ferroviarias
en las secciones
fronterizas**

**ANEXO II
Requisitos a cumprir
para a emissão do CSU**

**ANEXO II
Requisitos a cumplir
para la emisión del CSU**

<p>Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT)</p> <p>Av. Elias Garcia, 103 1050-098 LISBOA imt@imt-ip.pt http://www.imt-ip.pt</p>	<p>Agencia Estatal de Seguridad Ferroviaria (AESF)</p> <p>Plaza de los Sagrados Corazones, nº 7 28036 Madrid http://www.seguridadferroviaria.es</p>
--	---

**Acordo entre as Autoridades
Nacionais de Segurança de Portugal
e do Reino da Espanha relativo à
segurança operacional e
interoperabilidade das atividades
ferroviárias nas secções
transfronteiriças**

**ANEXO II – Requisitos a cumprir para
a emissão de CSU**

1. Objeto

O objetivo do presente Anexo é estabelecer as disposições comuns de cooperação entre as partes para a emissão do CSU em que o âmbito inclua qualquer uma das secções transfronteiriças estabelecidas no Anexo I deste acordo.

2. Âmbito de aplicação

Este anexo aplica-se a todos os pedidos do CSU cuja área operacional inclua um território nacional e uma ou mais estações fronteiriças do Estado vizinho.

Tal baseia-se, nomeadamente, no artigo 3.º, n.º 11, do Regulamento (UE) 2018/763.

**3. Avaliação da conformidade com as
normas nacionais relevantes
notificadas**

3.1. Princípios

O Anexo I, ponto 8, do Regulamento (UE) 2018/763 especifica os documentos que devem ser apresentados para a parte nacional da avaliação (por cada Estado membro correspondente em função do âmbito de operação previsto), nomeadamente:

**Acuerdo entre las Autoridades
Nacionales de Seguridad de Portugal
y del Reino de España referente a la
seguridad operacional e
interoperabilidad de las actividades
ferroviarias en las secciones
fronterizas**

**ANEXO II – Requisitos a cumprir para
la emisión del CSU**

1. Objeto

El objeto del presente Anexo es establecer las disposiciones comunes de cooperación entre las partes para la emisión de un CSU cuyo ámbito incluya alguna de las secciones fronterizas establecidas en el anexo I de este acuerdo.

2. Ámbito de aplicación

Este anexo se aplica a todas las solicitudes de CSU cuya área de operación incluya un territorio nacional y una o más estaciones fronterizas del estado vecino.

Esto se basa en particular en el artículo 3, punto 11, del Reglamento (UE) 2018/763.

**3. Evaluación del cumplimiento de las
normas nacionales pertinentes
notificadas**

3.1. Principios

El anexo I, punto 8, del Reglamento (UE) 2018/763 especifica los documentos que deben presentarse para la parte nacional de la evaluación (por cada Estado miembro que corresponda en función del ámbito de operación previsto), a saber:

<ul style="list-style-type: none"> • Descrição ou outro elemento que mostre como as medidas de gestão da segurança atendem às regras nacionais relevantes notificadas em conformidade com o artigo 8.º da Diretiva (UE) 2016/798. • Referências cruzadas entre o sistema de gestão da segurança e os requisitos estabelecidos nas normas nacionais pertinentes. <p>No caso particular em que o âmbito solicitado para o CSU inclua uma secção transfronteiriça, o requerente deverá incluir expressamente, na referida documentação, a justificação de que através do seu sistema de gestão de segurança cumpre os requisitos aplicáveis à referida secção em ambos os países, em conformidade com o disposto nos pontos seguintes.</p> <p>As partes acordam em estabelecer uma análise simplificada para o perímetro da secção transfronteiriça.</p> <p>No âmbito da análise específica da secção transfronteiriça, as partes acordam em estabelecer uma consulta sistemática da outra ANS respetivamente para cada pedido de certificado.</p> <p>Os documentos relativos à secção transfronteiriça devem ser fornecidos pela EF em ambas as línguas, espanhol e português, salvo acordo em contrário entre as partes.</p> <p>Para intercâmbios e cooperação entre as duas ANS, o idioma será determinado de comum acordo.</p> <p>O uso de intérpretes pode ser considerado, se necessário.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Descripción u otro elemento que ponga de manifiesto el modo en que las medidas de gestión de la seguridad abordan las normas nacionales pertinentes notificadas de conformidad con el artículo 8 de la Directiva (UE) 2016/798. • Referencias cruzadas entre el sistema de gestión de la seguridad y los requisitos dispuestos en las normas nacionales pertinentes). <p>En el caso particular de que el ámbito solicitado para el CSU incluya una sección fronteriza, el solicitante deberá incluir de manera expresa, dentro de la documentación antes citada, la justificación de que a través de su sistema de gestión de seguridad da cumplimiento a los requisitos aplicables a dicha sección en ambos países, de conformidad a lo establecido en los puntos siguientes.</p> <p>Las partes acuerdan establecer un análisis simplificado para el perímetro de la sección fronteriza.</p> <p>Dentro del marco del análisis específico en la sección fronteriza, las partes acuerdan establecer una consulta sistemática de la otra ANS respectivamente para cada solicitud de certificado.</p> <p>Los documentos relacionados con la sección fronteriza deberán ser suministrados por la EF en los dos idiomas, en español y en portugués, salvo acuerdo entre las partes.</p> <p>Para los intercambios y la cooperación entre las dos ANS, el idioma se determinará de común acuerdo.</p> <p>Puede considerarse el uso de intérpretes, si es necesario.</p>
--	---

<p>3.2. Requisitos para as secções transfronteiriças:</p> <p>As ANS disponibilizarão aos operadores, através da sua página web ou outros meios, uma lista indicativa não exaustiva da regulamentação nacional aplicável ao troço, assim como dos requisitos a cumprir nas secções transfronteiriças.</p> <p>No entanto, o conjunto definitivo de requisitos a aplicar e incorporar no seu sistema de gestão de segurança deverá ser determinado pela EF a partir da sua própria análise, tendo em conta:</p> <ul style="list-style-type: none">• As normas nacionais notificadas pelas ANS.• As informações atualizadas do GI das suas instruções técnicas comuns para a secção.• O resultado da aplicação de um processo de análise e avaliação de risco que a operação na secção transfronteiriça possa ter, de acordo com a metodologia do Regulamento n.º 402/2013 e que deve ser realizado pela EF. <p>A análise da EF para determinar as normas aplicáveis serão fornecidas na documentação de pedido do CSU.</p> <p>A EF deve fornecer evidências do cumprimento dos requisitos aqui listados maioritariamente através de seu Sistema de Gestão de Segurança.</p> <p>Os requisitos a cumprir pela EF e sobre os quais deve, pelo menos, apresentar provas, são os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none">• Quanto ao material circulante, deve estar autorizado a circular na secção transfronteiriça.	<p>3.2. Requisitos para las secciones fronterizas:</p> <p>Las ANS pondrán a disposición de los operadores, a través de la página web u otros medios, una lista orientativa no exhaustiva de las normas nacionales aplicables en el tramo, así como de los requisitos a cumplir en las secciones fronteras.</p> <p>No obstante, el conjunto definitivo de requisitos a aplicar e incorporar en su sistema de gestión de la seguridad deberá ser determinado por la EF a partir de su propio análisis, teniendo en cuenta:</p> <ul style="list-style-type: none">• Las normas nacionales notificadas por las ANS.• La información actualizada de los AI sobre sus consignas comunes en la sección.• El resultado de la aplicación de un proceso de análisis y evaluación de riesgos que puede tener la operación sobre la sección fronteriza, conforme a la metodología del Reglamento 402/2013 y que debe realizar la EF. <p>El análisis de la EF para determinar las normas aplicables será proporcionado en la documentación de solicitud del CSU</p> <p>La EF deberá entregar evidencias del cumplimiento de los requisitos aquí listados a través de su Sistema de Gestión de Seguridad, en su mayor parte.</p> <p>Los requisitos a cumplir por la EF y sobre los que al menos deberá mostrar evidencia son los siguientes:</p> <ul style="list-style-type: none">• En cuanto al material rodante, debe estar autorizado a circular por la sección fronteriza.
--	--

<ul style="list-style-type: none">• Relativamente ao pessoal da EF que desempenha funções nas secções transfronteiriças, deve:<ol style="list-style-type: none">1. Estar habilitado a exercer funções naquela secção transfronteiriça de acordo com o SGS e regulamentação em vigor. Para isso, no caso dos maquinistas, estes devem ter uma licença ou título válido e certificados atuais de material e infraestrutura. Todos os funcionários devem possuir certificados de aptidão médica e psicológica.2. Possuir a formação regulamentar adequada e específica em cada secção transfronteiriça, conforme estabelecido no próprio SGS e a referência das normas aplicáveis à secção transfronteiriça, que se indica posteriormente.3. Possuir conhecimento da língua exigida e em que as comunicações serão efetuadas na secção transfronteiriça específica, de acordo com o que for estabelecido pelos GI, e que permita assegurar a comunicação entre os maquinistas e os responsáveis pela circulação dos GI na secção. O nível de conhecimento da referida língua será B1, salvo se os GI acordarem em um requisito menos rigoroso para operar nas secções transfronteiriças.• Relativamente às condições de circulação, a EF deve demonstrar, através da sua inclusão no SGS, o conhecimento e cumprimento das normas de funcionamento e	<ul style="list-style-type: none">• En cuanto al personal de la EF que realice funciones en las secciones fronterizas, deberá:<ol style="list-style-type: none">1. Estar habilitado para ejercer las funciones en esa sección fronteriza de acuerdo con el SGS y con la normativa vigente. Para ello, en el caso de los maquinistas deberán contar con la licencia o título habilitante, y los certificados de material e infraestructura vigentes. Todo el personal debe contar con la aptitud de los certificados psicofísicos.2. Poseer la formación reglamentaria adecuada y específica en cada sección fronteriza, según lo establecido en su propio SGS y el referencial de normas aplicables a la sección fronteriza, que se indica posteriormente.3. Poseer conocimiento del idioma exigido y en el que se efectuarán las comunicaciones en la sección fronteriza particular, de acuerdo con lo establecido por los AI, y que permita asegurar la comunicación entre los maquinistas y los responsables de circulación de los AI la sección. El nivel de conocimiento de dicho idioma será B1, a menos que los AI acuerden en requisito menos estricto para la operar en las secciones fronterizas.• En cuanto a las condiciones de circulación, la EF deberá demostrar, a través de su inclusión en el SGS, el conocimiento y el cumplimiento de las normas
--	---

<p>circulação em situações normais e degradadas que tenham sido definidas conjuntamente pelos GI para cada secção transfronteiriça. Para tal, a EF deve preparar uma referência das regras aplicáveis à referida secção, tendo em conta:</p> <ul style="list-style-type: none"> - As instruções específicas determinadas pelos GI para a secção transfronteiriça. - As partes aplicáveis a estas secções do regulamento geral de circulação aplicável ao resto da rede. <ul style="list-style-type: none"> • No que respeita à gestão de incidentes, em situações de emergência que exijam uma atuação específica e rápida, a EF deve demonstrar que pode estabelecer as medidas adequadas e comunicar o incidente às partes correspondentes, através dos planos de contingência com os GI de cada parte da secção transfronteiriça. • Em relação às comunicações, deve-se evidenciar que a EF pode estabelecer contato com os GI da secção transfronteiriça, ambas as ANS, os organismos de notificação de acidentes, como todos os necessários no mapa de relações ferroviárias. <p>A AESF e o IMT se coordenarão para harmonizar as respetivas expectativas em relação a:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os documentos que servirão para comprovar o cumprimento dos requisitos. • suas respetivas normas nacionais quando são equivalentes. 	<p>operativas y de circulación en situaciones normales y degradadas que hayan definido conjuntamente los AI para cada sección fronteriza. Para ello, la EF deberá elaborar un referencial de las normas aplicables a dichas sección, teniendo en cuenta:</p> <ul style="list-style-type: none"> - las consignas específicas determinadas por los AI para la sección fronteriza. - las partes aplicables a esos tramos de la reglamentación general de circulación aplicable al resto de la red. <ul style="list-style-type: none"> • En cuanto a la gestión de incidentes, en situaciones de urgencia que requieran una acción específica y rápida, la EF debe demostrar que puede establecer las medidas oportunas y comunicar la incidencia a las partes correspondientes, a través de los planes de contingencias con los AI de cada parte de la sección fronteriza. • En cuanto a las comunicaciones, deberá evidenciarse que la EF puede establecer contacto con los AI de la sección, ambas ANS, los organismos de notificación de accidentes, y todos aquellos necesarios en el mapa de relaciones ferroviarias. <p>La AESF y el IMT se coordinarán para armonizar sus respectivas expectativas en relación con:</p> <ul style="list-style-type: none"> • los documentos que servirán para acreditar el cumplimiento de los requisitos. • sus respectivas normas nacionales cuando sean equivalentes.
---	--

<p>4. Etapas do processo de pedido</p> <p>4.1. Compromisso preliminar</p> <p>Caso o requerente realize um pedido de compromisso preliminar, etapa opcional que antecede o pedido de uma EF para obter o CSU, a ANS «organismo certificador de segurança» informará a ANS de outra fronteira sobre esse pedido por meio eletrônico o mais tardar 5 dias após a receção do pedido de consulta prévia no balcão único.</p> <p>Se necessário, será organizada uma reunião inicial com a participação das ANS e do requerente.</p> <p>Por razões de eficiência, se necessário, a ANS fronteiriça entrará em contato direto com o requerente, solicitará os documentos esperados, comentará diretamente sobre esses documentos, etc., mantendo em conhecimento a ANS «organismo certificador de segurança».</p> <p>4.2. Recibo do pedido do CSU</p> <p>Após a receção de um pedido do CSU por uma EF através do balcão único (OSS), a ANS «organismo certificador de segurança» notificará a ANS de fronteira pelos meios eletrónicos acordados anexando uma carta oficial no prazo de 5 dias após a apresentação do pedido no OSS, anexando a documentação apresentada pelo requerente no âmbito da secção transfronteiriça.</p> <p>Se necessário, será organizada uma reunião inicial com a participação das ANS e do requerente.</p> <p>Em geral, a ANS da secção transfronteiriça solicitada participará ativamente na avaliação após a</p>	<p>4. Pasos del proceso de solicitud</p> <p>4.1. Consulta previa</p> <p>En caso de que el solicitante lleve a cabo una consulta previa, paso opcional que precede a la solicitud de una EF para obtener su CSU, la ANS «organismo de certificación de seguridad» informará por medios electrónicos a la otra ANS fronteriza sobre esta solicitud lo antes posible y a más tardar 5 días después de recibir la solicitud de consulta previa en la ventanilla única.</p> <p>Si es necesario, se organizará una reunión inicial en presencia de las dos ANS y del solicitante.</p> <p>Por razones de eficiencia, en caso de ser necesario, la ANS fronteriza entrará en contacto directo con el solicitante, le pedirá que le proporcione los documentos esperados, le realizará directamente sus comentarios sobre estos documentos, etc., manteniendo en copia a la ANS «organismo de certificación de seguridad».</p> <p>4.2. Recibo de la solicitud de CSU</p> <p>Al recibir una solicitud de CSU por parte de una EF a través de la ventanilla única (OSS), la ANS «organismo de certificación de seguridad» lo notificará a la ANS fronteriza mediante los medios electrónicos acordados adjuntando una carta oficial a más tardar 5 días después de la presentación del expediente en la ventanilla única, adjuntando la documentación presentada por el solicitante en el ámbito de la sección fronteriza.</p> <p>Si es necesario, se organizará una reunión inicial en presencia de las dos ANS y del solicitante.</p> <p>De manera general, la ANS de la sección frontera solicitada participará activamente</p>
--	--

comunicação da outra ANS. No entanto, e desde que sejam cumpridas as normas europeias e nacionais tendo em conta as secções transfronteiriças, o tipo e âmbito da operação solicitada, ambas as ANS podem acordar que a avaliação a efetuar pela ANS «organismo certificador de segurança» é suficiente para cobrir a secção transfronteiriça na sua totalidade.

No caso geral:

- Por questões de eficiência, se necessário, a ANS fronteiriça entrará em contacto directo com o requerente, solicitará a apresentação dos documentos esperados e comentará directamente sobre esses documentos, etc., mantendo em conhecimento a ANS «organismo certificador de segurança».
- A ANS fronteiriça indicará à ANS «organismo certificador de segurança» se recebeu todos os documentos previstos em 3.2, e dentro dos prazos estabelecidos e se são compreensíveis, coerentes e pertinentes, para permitir que a ANS «organismo certificador de segurança» notifique se o processo está completo ou incompleto dentro do prazo legal.
- Em princípio, se algum dos documentos esperados pela ANS de fronteira estiver em falta, a ANS «organismo certificador de segurança» deve notificar o requerente do carácter incompleto de seu processo.
- As disposições acima serão aplicadas até que o processo esteja completo.

durante la evaluación tras la comunicación de la otra ANS. Sin embargo, y siempre que se cumpla la normativa europea y nacional a la vista de las secciones fronterizas, el tipo y el alcance de la operación solicitados, ambas ANS podrán acordar que la evaluación a realizar por la ANS “organismos de certificación de seguridad” es suficiente para cubrir la sección fronteriza en su totalidad.

En el caso general:

- Por razones de eficiencia, en caso de ser necesario, la ANS fronteriza entrará en contacto directo con el solicitante, le pedirá que le proporcione los documentos esperados y le realizará directamente sus comentarios sobre estos documentos, etc., manteniendo en copia a la ANS «organismo de certificación de seguridad».
- La ANS fronteriza indicará a la ANS «organismo de certificación de seguridad» si ha recibido todos los documentos previstos en 3.2, y en los plazos previstos y si son comprensibles, coerentes y pertinentes, para permitir que la ANS «organismo de certificación de seguridad» notifique dentro del plazo reglamentario el carácter completo o incompleto de su expediente.
- En principio, si falta alguno de los documentos esperados por la ANS fronteriza, la ANS «organismo de certificación de seguridad» deberá notificar al solicitante el carácter incompleto de su expediente.
- Las disposiciones anteriores se aplicarán hasta que se complete el expediente.

A ANS «organismo certificador de segurança» informará a ANS fronteiriça da sua decisão sobre a natureza incompleta ou completa do processo.

4.3. Avaliação pormenorizada do processo de pedido

Se necessário, será organizada uma reunião de coordenação e intercâmbio entre as duas ANS, bem como uma ou mais reuniões intermédias para fazer o ponto da situação do processo.

Caso o processo não apresente dificuldades particulares, os contactos entre as duas ANS sobre a avaliação do processo podem ser efetuados por correio eletrónico e/ou por telefone.

No caso geral em que a ANS fronteiriça está ativamente envolvida durante a avaliação:

- A ANS fronteiriça avaliará os documentos solicitados para estudar as particularidades da(s) secção(ões) transfronteiriça(s) em questão. Não avaliará o cumprimento das normas europeias, que continuará a ser da responsabilidade do ANS «organismo certificador de segurança», nem o cumprimento das normas nacionais do país desta última ANS.
- Desta forma, as duas ANS evitarão a sobrecarga administrativa dos requerentes.
- As duas ANS irão coordenar se um dos pontos identificados por uma pode ter consequências no trabalho realizado pela outra.
- Por razões de eficiência, a ANS fronteiriça entrará em contacto direto com o requerente, pedir-lhe-

La ANS «organismo de certificación de seguridad» informará a la ANS fronteriza su decisión sobre el carácter incompleto o completo del expediente.

4.3. Evaluación detallada del expediente de solicitud

Si es necesario, se organizará una reunión de coordinación e intercambio entre las dos ANS, así como una o más reuniones intermedias para poder hacer un balance del progreso del expediente.

Si el expediente no presenta ninguna dificultad particular, los intercambios entre las dos ANS con respecto a la evaluación del expediente podrán realizarse por correo electrónico y/o por teléfono.

En el caso general en el que la ANS fronteriza participe activamente durante la evaluación:

- La ANS fronteriza evaluará los documentos solicitados para estudiar las particularidades de la(s) sección(ones) fronteriza(s) en cuestión. No evaluará el cumplimiento de las normas europeas, algo que continuará siendo responsabilidad de la ANS «organismo de certificación de seguridad», ni el cumplimiento de las normas nacionales del país de esta última ANS.
- De esta manera, las dos ANS evitarán crear sobrecargas administrativas para los solicitantes.
- Las dos ANS se coordinarán si uno de los puntos identificados por una puede tener consecuencias sobre el trabajo realizado por la otra.
- Por razones de eficiencia, la ANS fronteriza entrará en contacto directo con el solicitante, le pedirá

<p>á que forneça todos os dados ou documentos complementares necessários à avaliação e fará os seus comentários diretamente, mantendo em conhecimento a ANS «organismo de certificação de segurança».</p> <ul style="list-style-type: none"> No entanto, ao longo do processo de avaliação, a ANS fronteiriça alertará a ANS «organismo de certificação de segurança» em caso de dificuldades com o requerente que possam afetar os prazos de decisão. <p>A ANS fronteiriça notificará oficialmente a ANS «organismo de certificação de segurança» de seu parecer favorável ou desfavorável sobre a inclusão da(s) secção(ões) transfronteiriça(s), conforme seção 4.7., no âmbito do CSU a ser emitido pela ANS «órgão de certificação de segurança». Este parecer contém nomeadamente todos os elementos que sintetizam o processo seguido, a avaliação realizada e os resultados da avaliação para cada secção transfronteiriça.</p> <p>4.4. Renovação e/ou modificação do CSU</p> <p>Em caso de pedidos de renovação e/ou modificação do CSU, os princípios estabelecidos nos parágrafos anteriores relativos aos métodos de cooperação para novos CSU entre as ANS permanecerão os mesmos.</p> <p>4.5. Decisão de recusa de emissão do CSU</p> <p>Caso a ANS «organismo de certificação de segurança» preveja uma decisão de indeferimento da emissão do CSU ou uma decisão que inclua restrições que afetem o trabalho de avaliação realizado</p>	<p>que le proporcione todos los detalles o los documentos complementarios necesarios para la evaluación y le realizará directamente sus comentarios, manteniendo en copia a la ANS «organismo de certificación de seguridad».</p> <ul style="list-style-type: none"> Sin embargo, durante todo el proceso de instrucción, la ANS fronteriza alertará a la ANS «organismo de certificación de seguridad» en caso de que se encuentre con dificultades con el solicitante que puedan afectar a los plazos de instrucción. <p>La ANS fronteriza notificará oficialmente a la ANS «organismo de certificación de seguridad» su dictamen favorable o desfavorable sobre la inclusión de la(s) estación(ones) fronteriza(s), conforme al apartado 4.7., en el ámbito del CSU a emitir por la ANS «organismo de certificación de seguridad». Este dictamen contiene en particular todos los elementos que resumen el proceso seguido, la evaluación realizada y los resultados de la evaluación para cada tramo fronterizo.</p> <p>4.4. Renovación y/o modificación del CSU</p> <p>En caso de solicitudes de renovación y/o modificación de un CSU, los principios establecidos en los párrafos anteriores relacionados con los métodos de cooperación para nuevos CSU entre las ANS continuarán siendo los mismos.</p> <p>4.5. Decisión de rechazar la entrega del CSU</p> <p>Si la ANS «organismo de certificación de seguridad» prevé una decisión de denegación de emisión del CSU o una decisión que incluya restricciones que tengan un impacto sobre el trabajo de</p>
--	---

<p>pela ANS fronteiriça, informará a esta com a maior brevidade possível.</p> <p>Se as conclusões da avaliação levarem a ANS «organismo de certificação de segurança» a negar a emissão do CSU ou a emitir o CSU com restrições, a ANS fronteiriça será oficialmente informada da decisão final.</p> <p>4.6. Decisão de parecer desfavorável sobre o componente da secção transfronteiriça do CSU</p> <p>Caso a ANS fronteiriça preveja ou tenha decidido emitir parecer desfavorável à componente da secção transfronteiriça ou parecer recomendando restrições que afetem o trabalho de avaliação realizado pela ANS «organismo de certificação de segurança», informará a esta o mais rapidamente possível ou antes da data acordada para emitir o parecer, justificando a sua decisão.</p> <p>Nesse caso, o CSU emitido pela ANS «organismo certificador de segurança» necessariamente incluirá uma restrição que excluirá a(s) secção(ões) de transfronteiriça(s) solicitada(s).</p> <p>4.7. Decisão de parecer positivo sobre a secção transfronteiriça solicitada</p> <p>Se a ANS fronteiriça emitir parecer favorável sobre a componente da secção transfronteiriça, ela formalizará um parecer e enviará uma cópia do mesmo por e-mail à ANS «organismo certificador de segurança» até 7 dias antes do prazo final para emissão do CSU, salvo por acordo entre as partes.</p>	<p>evaluación realizado por la ANS fronteriza, informará de ello a esta última lo antes posible.</p> <p>Si las conclusiones de la evaluación llevan a la ANS «organismo de certificación de seguridad» a denegar la entrega del CSU o a entregar el CSU con restricciones, se informará oficialmente a la ANS fronteriza de la decisión final.</p> <p>4.6. Decisión de dictamen desfavorable sobre el componente de sección fronteriza del CSU</p> <p>Si la ANS fronteriza prevé o ha tomado su decisión de emitir un dictamen desfavorable sobre el componente de sección fronteriza o un dictamen que recomiende restricciones que tengan un impacto sobre el trabajo de evaluación realizado por la ANS «organismo de certificación de seguridad», informará de ello a esta última lo antes posible o antes de la fecha acordada para emitir el dictamen, motivando su decisión.</p> <p>En este caso, el CSU emitido por la ANS «organismo de certificación de seguridad» comportará obligatoriamente una restricción que excluirá la(s) sección(ones) fronteriza(s) solicitada(s).</p> <p>4.7. Decisión de dictamen positivo sobre la sección fronteriza solicitada</p> <p>Si la ANS fronteriza emite un dictamen favorable sobre el componente de sección fronteriza, formalizará un dictamen y enviará una copia de este por correo electrónico a la ANS «organismo de certificación de seguridad» a más tardar 7 días antes del plazo final para la emisión del CSU, salvo acuerdo entre las partes.</p>
--	---

<p>4.8. Emissão do CSU</p> <p>Se as conclusões da avaliação levarem a ANS «organismo certificador de segurança» a aceitar a emissão do CSU, a ANS fronteiriça será informada no prazo máximo de 5 dias após a emissão do CSU.</p> <p>4.9. Ausência de parecer da ANS fronteiriça</p> <p>Salvo acordo expresso das partes, um CSU não pode ser emitido para autorizar uma EF a circular numa ou mais secções transfronteiriças se a ANS fronteiriça não tiver emitido parecer sobre essa circulação.</p> <p>Caso contrário, a ANS fronteiriça não reconhecerá como válido o CSU que autoriza a circulação numa ou mais secções transfronteiriças.</p> <p>Caso seja impossível, por motivo objetivo, que a ANS fronteiriça se pronuncie nos prazos estabelecidos, as duas ANS realizarão consultas para estudar a solução que possa ser implementada para limitar os inconvenientes causados ao requerente.</p> <p>4.10. Retirada ou suspensão do CSU pela ANS «organismo certificador de segurança»</p> <p>Se a ANS «organismo de certificação de segurança» pretender retirar ou suspender um CSU que abranja uma ou mais secções transfronteiriças, informará oficialmente a ANS fronteiriça em conformidade.</p> <p>4.11. Coordenação em caso de litígio</p> <p>Em caso de litígio por iniciativa do requerente ou de terceiro contra a ANS «organismo certificador de segurança», a ANS fronteiriça coordenar-se-á com a</p>	<p>4.8. Otorgamiento del CSU</p> <p>Si las conclusiones de la evaluación llevan a la ANS «organismo de certificación de seguridad» a aceptar el otorgamiento del CSU, se informará a la ANS fronteriza a más tardar 5 días después de la emisión del CSU.</p> <p>4.9. Ausencia de dictamen de la ANS fronteriza</p> <p>A menos que las partes lo acuerden expresamente, no podrá otorgarse un CSU para autorizar a una EF para que circule hasta una o más estaciones fronterizas si la ANS fronteriza no ha emitido dictamen sobre dicha circulación.</p> <p>En caso contrario, la ANS fronteriza no reconocerá como válido el CSU que autorice la circulación hasta una o varias estaciones fronterizas.</p> <p>En caso de que sea imposible, por una razón objetiva, que la ANS fronteriza emita su dictamen dentro de los plazos establecidos, las dos ANS celebrarán consultas para estudiar la solución que pueda implementarse para limitar las molestias causadas al solicitante.</p> <p>4.10. Retirada o suspensión del CSU por parte de la ANS «organismo de certificación de seguridad»</p> <p>Si la ANS «organismo de certificación de seguridad» prevé retirar o suspender un CSU que cubra una o más estaciones fronterizas, informará oficialmente de ello a la ANS fronteriza.</p> <p>4.11. Coordinación en caso de litigio</p> <p>En caso de litigio a iniciativa del solicitante o de un tercero contra la ANS «organismo de certificación de seguridad», la ANS fronteriza se coordinará con la ANS</p>
---	--

<p>ANS «organismo certificador de segurança».</p> <p>O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETIVO INSTITUTO DA MOBILIDADE E TRANSPORTES, I.P.</p> <p>Dr. João Jesus Caetano</p>	<p>«organismo de certificación de seguridad».</p> <p>EL PRESIDENTE DE LA AGENCIA ESTATAL DE SEGURIDAD FERROVIARIA</p> <p>D. Francisco Javier Flores García</p>
--	--